



MILHÃ

**LDO
PARA
2017**

**LEI n.º
537/2016**



OFÍCIO Nº 120/2016

Milhã - CE, 13 de Julho de 2016

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao artigo 9º da Instrução Normativa nº 01 de 12 de abril de 2007, estamos encaminhando a Lei Nº 537 de 24 de junho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual do Município de Milhã, relativa ao exercício financeiro de 2017.

Atenciosamente,


Otacilio José Pinheiro Macedo
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MILHÃ - CE

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

Exmo.

Sr. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Ceará
FORTALEZA - CEARÁ



MILHÃ

LEI Nº 537/2016

Milhã - CE, 24 de Junho de 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILHÃ - CEARÁ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, inciso II da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e a Lei Orgânica do Município de Milhã, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da administração pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. as disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- V. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;



- VI. as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII. as metas e riscos fiscais;
- VIII. as disposições finais.

Art. 2º - Integram esta Lei os seguintes anexos:

a) Anexo de Metas Fiscais

I - Metas Anuais

II - Avaliação do Cumprimento das Metas

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores

IV - Evolução do Patrimônio Líquido

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de ativos

VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS

VII - Estimativa e Compensação de da Renúncia de Receita

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter

Continuado

b) Anexo de Risco Fiscais

Descrevendo os Risco Fiscais e as Providências.

c) Anexo de Metas e Prioridades



CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 3º - Ficam estabelecidas as metas e prioridades da Administração Pública do Município de Milhã - Ceará, que se encontram no Plano Plurianual 2014/2017 e as demandas da sociedade civil, manifestadas pela população pública.

Art. 4º - As metas e prioridades poderão ser ampliadas caso haja disponibilidade financeira do Município.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com o Plano Plurianual 2014/2017 e atenderá aos seguintes princípios:

I - Gestão com foco e resultados

Perseguir indicadores estratégicos de governo que reflitam o desenvolvimento da sociedade, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e economicidade em programas e projetos.

II - Participação social

Permanente em todo o ciclo de gestão do Planejamento, incluindo a elaboração dos orçamentos anuais como instrumento de interação municipal para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

III - Transparência

Ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos.

CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º - Ficam estabelecidas as metas e prioridades da Administração Pública do Município de Milha - Ceará, que se encontram no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e as demandas da sociedade civil, manifestada em audiência pública.

Art. 4º - As metas e prioridades poderão ser ampliadas, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, será elaborado em consonância com o Plano Plurianual 2014/2017 e atenderá aos seguintes princípios:

I - Gestão com foco e resultados

Perseguir indicadores estratégicos de governo que reflitam os impactos na sociedade, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e projetos.

II - Participação social

Permanente em todo o ciclo de gestão do Plano Plurianual e dos orçamentos anuais como instrumento de interação município e cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas.

III - Transparência

Ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos.



Art. 6º - As prioridades referidas no artigo 3º desta Lei terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2017, não se constituindo limite à programação das despesas, nem impedimento à inclusão de novos programas no Plano Plurianual.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - A Lei Orçamentária para o Exercício de 2017 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

II - Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III - Programa: o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;

VI - Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

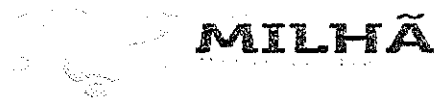
VII - Diretrizes: o conjunto de princípios que orienta a execução dos programas de governo;

VIII - Órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, ao qual são vinculadas as unidades

§ 3º - As *Fonte de Recursos* mencionadas no parágrafo anterior, poderão ser modificadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria e/ou Ofício, para atender as necessidades surgidas por ocasião da execução do orçamento.

Art. 10º - A mensagem do Poder Executivo que encaminha o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

- I - mensagem do Chefe do Poder Executivo;
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- IV - demonstrativo de previsão da Receita Corrente Líquida;
- V - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- VI - projeção das despesas com pessoal;
- VII - projeção das despesas próprias com saúde;
- VIII - projeção das despesas próprias com manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IX - projeção do repasse ao Legislativo Municipal.



Art. 11º - Integrarão a lei orçamentária anual do Município e quadros orçamentários consolidados a que se refere a Lei nº 4.320 de 1964.

Art. 12º - A Lei Orçamentária para o exercício compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, conforme disposto no Art. 165, § 5º da Constituição Federal, e evidenciará as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, Entidades e os seguintes níveis de detalhamento:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão detalhada por grupo de natureza e aplicação;

III - as despesas por função, subfunção, programa, projeto, operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica - Natureza de Despesa - GND, até a Modalidade de Aplicação - MA, tudo de acordo com as Portarias MOG nº 42/99, admitida a Movimentação de Crédito de natureza da despesa (GND), por Decreto do Chefe do Poder Executivo dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definidos pelo código de programação.

Art. 11º - Integrarão a lei orçamentária anual do Município, os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 deverá compreender o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, na forma do disposto no Art. 165, § 5º da Constituição Federal, e evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, Entidades Autárquicas, com os seguintes níveis de detalhamento:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão detalhada por grupo de natureza e modalidade de aplicação;

III - as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica (Grupo de Natureza de Despesa - GND, até a Modalidade de Aplicação - MA, tudo em conformidade com as Portarias MOC nº 42/99, admitida a Movimentação de Crédito do mesmo grupo de natureza da despesa (GND), por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definidos por esta Lei como categoria de programação.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das disposições gerais

Art. 13 - A execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2017 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio constitucional da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Parágrafo Único - Deverão ser divulgados na internet:

I - A Lei Orçamentária Anual, contendo todos os anexos que permitam a perfeita análise por parte de qualquer interessado;

II - O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma que se possa avaliar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento utilizados pelo Poder Público na condução das suas finalidades;

III - O Relatório Resumido da Execução Orçamentária com a finalidade de evidenciar a qualidade da execução das determinações contidas na Lei Orçamentária Anual;

IV - O Relatório de Gestão Fiscal, para que possam ser verificados os limites constitucionais e legais relativos a pessoal, restos a pagar e endividamento.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual consignará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos e transferências constitucionais para a



manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 15 - Deverão ser destinados, na lei orçamentária anual, recursos provenientes de impostos e transferências para ações e serviços públicos de saúde, em percentual não inferior a 15% (quinze por cento) da referida base de cálculo.

Parágrafo Único - Deverão ser computados para a apuração do percentual definido no caput do presente artigo, os repasses a órgãos intermunicipais e multigovernamentais destinadas a custeio de serviços de saúde, nos termos dos respectivos pactos de financiamento e gestão.

Art. 16 - O Projeto da Lei Orçamentária para 2017 será elaborado segundo os preços de julho de 2016.

§ 1º - O Prefeito Municipal fica autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual, o percentual de autorização para suplementar as dotações orçamentárias que se tornem insuficientes, utilizando as fontes de recursos previstos no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, podendo ainda efetuar a transposição de dotações, com remanejamento de recursos de uma categoria de programação de despesa para outra, entre as diversas funções do governo e unidades orçamentárias durante a execução orçamentária, e designar o órgão responsável pela contabilidade para movimentar as dotações a elas atribuídas.

§ 2º a movimentação de crédito no mesmo grupo de natureza (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma fonte de recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite mencionado no § 1º deste artigo.



Art. 22 - A proposta de Lei Orçamentária poderá consignar crédito destinado à concessão de contribuições, subvenção social e/ou auxílio financeiro a entidades privadas, bem como benefícios diretos a pessoas físicas, desde que autorizada por lei específica, conforme art. 26 da Lei Complementar Nº 101/00 e atendam às seguintes condições:

I - Sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, turismo, meio ambiente, de fomento à produção e à geração de emprego e renda;

II - sejam pessoas físicas reconhecidamente carentes, por órgão público federal, estadual ou municipal, na forma da lei;

III - participem de concursos, gincanas e outros tipos de atividades incentivadas ou promovidas pelo Poder Público Municipal, à quais sejam conferidas premiações e/ou auxílios financeiros ou de qualquer espécie;

IV - sejam entidades privadas cuja instalação e manutenção propicie a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do Município;

Art. 23 - A Proposta Orçamentária deverá conter dotação denominada Reserva de Contingência, que deverá ser constituída de recursos exclusivamente do orçamento fiscal, no valor equivalente a no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto de lei orçamentária.

§ 1º - A Reserva de Contingência poderá ser utilizada para:

I - atender passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos, na forma do art. 5º, inciso III "b"m da Lei Complementar Nº 101/00 e Portaria STN Nº 462/2009.

II - entende-se por passivo contingente, toda aquela adversidade não possível de ser mensurada ou incluída no orçamento, que venha a prejudicar a programação realizada com base nas metas definidas pelo orçamento, ou a sua execução.



III - a partir do mês de novembro de 2017, para servir de suporte à abertura de Créditos Adicionais Suplementares destinados a reforçar dotações fixadas pela Lei Orçamentária que se mostrarem insuficientes.

Art. 24 - A alocação de recursos da lei orçamentária para 2017 e nos créditos adicionais que a alterem observarão o seguinte:

a) a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, assim definidas como tais na Lei Complementar Nº 101/00, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) da receita corrente líquida apurada em dezembro de 2015;

b) os investimentos plurianuais, entendidos estes como os que tiveram duração superior a doze meses só constarão da lei orçamentária se devidamente contemplados no Plano Plurianual ou em lei posterior que autorize sua inclusão.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 25 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como dos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, respectivamente, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 26 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

- II - o aumento ou a diminuição dos se
tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias, conforme c
nesta lei.

Seção III
Das Diretrizes Específicas do Orçamento
Da Seguridade Social

Art. 27 - O Orçamento da Seguridade Social com
destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistê
dentre outros, com os recursos provenientes:

- I - das receitas diretamente arrecadada
integram exclusivamente o orçame
seção;
- II - de transferência de contribuição do M
- III - de transferências constitucionais;
- IV - de transferência de convênios.

II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento

Da Seguridade Social

Art. 27 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I - das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;

II - de transferência de contribuição do Município;

III - de transferências constitucionais;

IV - de transferência de convênios.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS
ADICIONAIS.

Art. 28 - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.

Art. 29 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2017, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2016, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária do Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a



serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;

- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Poder Executivo abrirá crédito adicional suplementares para reforço das dotações do Poder Legislativo, visando garantir o repasse mínimo em percentual 7% (sete por cento) sobre as receitas tributárias e transferências decorrentes de impostos, realizadas no exercício de 2016.

§3º - A Câmara Municipal não comprometerá mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com despesas de Pessoal.

Art. 30 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2015, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 31 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária da Câmara Municipal.

Art. 32 - A Execução orçamentária do legislativo será independente, mas bimestralmente se consolidará a execução orçamentária do executivo para elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, conforme Lei Complementar nº 101/2000.



Capítulo V

Disposições sobre a Receita Pública Municipal e Alterações na Legislação Tributária

Art. 33 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Parágrafo Único - As receitas previstas para o exercício de 2017, serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros.

Art. 34 - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüentemente aumento de receitas próprias.

Art. 35 - A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - revisão das isenções de impostos, taxas, incentivos fiscais e outras fontes de renúncia de receitas, aperfeiçoando seus critérios;
- III - compatibilização dos valores das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;
- IV - instituição de taxas para serviços de interesse da comunidade e de que as necessite como fonte de custeio;

§ 1º - Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento de arrecadação em relação à estimativa de receita constante da referida lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2017

§ 2º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

Art. 36 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.



Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2017 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

- I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;
- II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2017 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.



Capítulo VI

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 39 - Os Poderes Executivo e Legislativo encaminharão mensalmente ao Tribunal de Contas dos Municípios, por meio do Sistema de Informações Municipais, a individualização dos cargos efetivos e comissionados ocupados, indicando a remuneração de cada servidor.

Art. 40 - No exercício de 2017, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

II - for observado o limite previsto no artigo 20 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 41 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações na estrutura de carreiras, bem como admissões e contratações de pessoal a qualquer título, desde que observados o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101/00.

§ 1º - Fica autorizada a realização de concursos públicos para preenchimentos de cargos efetivos que se encontrarem vagas.

§ 2º - Fica autorizada a contratação de servidores por prazo determinado, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, sempre por meio de processo seletivo simplificado.



Art. 42 - No exercício de 2017, a realização de serviço de natureza extraordinária somente poderá ocorrer, após ultrapassado o limite prudencial de noventa e cinco por cento do limite legal, quando necessária ao atendimento de situações emergenciais de risco ou prejuízo à sociedade.

Art. 43 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativas a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - Não seja, inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Capítulo VII

Das Disposições Sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 44 - A proposta de lei orçamentária anual deverá consignar dotações próprias destinadas à redução do endividamento de longo prazo do município, observando sempre os limites definidos na resolução Nº 40/01 do Senado Federal e suas alterações.



Art. 45 - As operações de crédito interno reger-se-ão pelo que determina a resolução Nº 43/01 do Senado Federal e pelo contido no capítulo VII da Lei Complementar Nº 101/00.

Capítulo VIII Das disposições finais

Art. 46 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2016, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Art. 47 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinário, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária das receitas e despesas, por



alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 ao Poder Legislativo.

Art. 51 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 52 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ, em 24 de junho de 2016.


OTACILIO JOSÉ PINHEIRO MACEDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2017

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100
Debita Total	32.341.947,75	31.711.469,64	0,03	33.959.045,14	31.965.161,40	0,03	38.905.340,61	32.220.862,69	0,03
Primárias (I)	32.110.863,75	28.856.106,60	0,03	33.716.406,94	29.086.955,45	0,03	35.402.227,28	29.319.651,10	0,03
Total	32.341.947,75	29.058.536,76	0,03	33.959.045,14	29.285.980,63	0,03	35.638.637,18	29.515.442,61	0,03
Primárias (II)	20.933.299,80	18.811.500,53	0,02	21.974.140,68	18.956.988,11	0,02	23.067.020,69	19.103.797,99	0,02
Primário (I - II)	11.177.563,95	10.044.606,07	0,01	11.742.266,26	10.129.987,34	0,01	12.335.206,59	10.215.653,11	0,01
Nominal	687.186,41	617.533,20	0,00	721.545,73	622.473,46	0,00	757.623,02	627.453,25	0,00
Balça Consolidada	13.720.961,69	12.330.205,02	0,01	14.407.009,78	12.428.846,66	0,01	15.127.360,27	12.528.277,43	0,01
Consolidada Líquida	14.430.914,66	12.968.197,15	0,01	15.152.460,40	13.071.942,73	0,01	15.910.063,42	13.176.518,27	0,01

SEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2015	% PIB	II - Metas Realizadas em 2015	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	32.007.520,00	0,03	30.573.531,88	0,03	(1.433.988,12)	(0,00)
II - Receitas Primárias (I)	29.125.500,00	0,03	27.638.811,15	0,03	(1.486.688,85)	(0,00)
III - Despesa Total	29.335.100,00	0,03	28.292.040,39	0,03	(1.043.059,61)	(0,00)
IV - Despesas Primárias (II)	18.992.400,00	0,02	28.112.816,15	0,03	9.120.416,15	0,01
V - Resultado Primário (I - II)	10.133.100,00	0,01	(474.005,00)	(0,00)	(10.607.105,00)	(0,01)
VI - Resultado Nominal	464.724,03	0,00	464.724,03	0,00	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	12.445.316,73	0,01	12.445.316,73	0,01	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	13.089.265,00	0,01	13.089.265,00	0,01	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE- CE / Relatórios da LRF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	%
Receita Total	32.007.520,00	33.607.896,00	5,00	35.288.290,80	5,00	37.052.705,34	5,00	38.905.340,61	5,00	5,00
Receitas Primárias (I)	28.125.500,00	30.581.775,00	5,00	32.110.863,75	5,00	33.716.408,94	5,00	35.402.227,28	5,00	5,00
Despesa Total	29.335.100,00	30.601.855,00	5,00	32.336.126,55	4,98	33.947.100,77	4,98	35.638.637,18	4,98	4,98
Despesas Primárias (II)	18.892.400,00	19.942.020,00	5,00	20.933.299,80	4,97	21.974.140,68	4,97	23.067.020,69	4,97	4,97
Resultado Primário (I - II)	10.133.100,00	10.639.755,00	5,00	11.177.563,95	5,05	11.742.268,26	5,05	12.335.206,99	5,05	5,05
Resultado Nominal	464.724,03	654.463,25	40,83	687.186,41	5,00	721.545,73	5,00	757.623,02	5,00	5,00
Dívida Pública Consolidada	12.445.316,73	13.067.582,57	5,00	13.720.981,69	5,00	14.407.009,78	5,00	15.127.360,27	5,00	5,00
Dívida Consolidada Líquida	13.089.265,00	13.743.728,25	5,00	14.430.914,66	5,00	15.162.460,40	5,00	15.910.083,42	5,00	5,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	%
Receita Total	30.673.631,88	31.591.422,24	3,33	31.711.469,64	0,38	31.965.161,40	0,80	32.220.862,69	0,80	0,80
Receitas Primárias (I)	27.638.811,15	28.746.888,50	4,01	28.858.108,60	0,38	29.086.955,45	0,80	29.319.651,10	0,80	0,80
Despesas Total	28.282.040,99	28.953.743,70	2,34	29.059.536,76	0,36	29.285.930,63	0,78	29.515.442,61	0,78	0,78
Despesas Primárias (II)	28.112.816,15	16.745.489,80	(33,32)	18.811.500,53	0,35	18.956.983,11	0,77	19.103.797,99	0,77	0,77
Resultado Primário (I - II)	(474.005,00)	10.001.369,70	#####	10.044.606,07	0,43	10.129.897,34	0,65	10.215.853,11	0,65	0,65
Resultado Nominal	464.724,03	615.195,46	32,38	617.533,20	0,38	622.473,46	0,80	627.453,25	0,80	0,80
Dívida Pública Consolidada	12.445.316,73	12.283.527,61	(1,30)	12.330.205,02	0,38	12.428.846,66	0,80	12.528.277,43	0,80	0,80
Dívida Consolidada Líquida	13.089.265,00	12.919.104,56	(1,30)	12.963.197,15	0,38	13.071.942,73	0,80	13.176.518,27	0,80	0,80

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

LRP, art 4º, § 2º, inciso III

	2015	%	2014	%	2013	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	378.230,59	100,00	(2.170.368,92)	100,00	2.668.704,33	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	378.230,59	100,00	(2.170.368,92)	100,00	2.668.704,33	100,00

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

	2015	%	2014	%	2013	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2017

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
	2015	2014	2013	
RECEITA DE CAPITAL				
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2017

LPF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

RECEITAS REALIZADAS	2013
RECEITAS CONCORRENTES (I)	-
Receita de Contribuições	-
Pessoal Civil	-
Pessoal Militar	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-
Receita Patrimonial	-
Outras receitas Correntes	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-
Alienação de Bens	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RECEBIDAS PELO RPPS (III)	-
Contribuição Patronal do Exercício	-
Pessoal Civil	-
Pessoal Militar	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-
Pessoal Civil	-
Pessoal Militar	-
RECEITAS PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	-
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	
	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	-
Despesas Correntes	-
Despesas de Capital	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	-
Pessoal Civil	-
Pessoal Militar	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-
RESERVA DO RPPS (IX)	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-

Fonte: Balancetes do RPPS

RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS CONCORRENTES (I)

Receita de Contribuições

Pessoal Civil

Pessoal Militar

Outras Contribuições Previdenciárias

Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS

Receita Patrimonial

Outras receitas Correntes

RECEITAS DE CAPITAL (II)

Alienação de Bens

Outras Receitas de Capital

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RECEBIDAS PELO RPPS (III)

Contribuição Patronal do Exercício

Pessoal Civil

Pessoal Militar

Contribuição Patronal do Exercício Anteriores

Pessoal Civil

Pessoal Militar

RPPSSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)

OUTROS APORTES AO RPPS (V)

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)

Despesas Correntes

Despesas de Capital

PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)

Pessoal Civil

Pessoal Militar

Outras Despesas Correntes

Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS

Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS

RESERVA DO RPPS (IX)

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - CE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

LRF, art 4º, § 1º	EVENTO	R\$ 1,00
		VALOR PREVISTO 2017
	Aumento Permanente da Receita	-
	(-) Aumento Referente a Transferência Constitucional	-
	(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEF	-
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
	Redução Permanente de Despesa (II)	-
	Margem Bruta (III) = (I + II)	-
	Saldo Utilizado (IV)	-
	Impacto de Novas DOCC	-
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	-

ANEXO DAS PRIORIDADES

LDO - 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MILHÃ
Funcionamento do Legislativo Municipal
GABINETE DO PREFEITO
Manutenção do Convênio com Outras Entidades
Apoio ao Destacamento Policial
Divulgação e Promoção do Município
Programa de Apoio a Cidadania – Procidania
Supervisão e Coordenação Superior
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Funcionamento da Secretaria de Administração e Finanças
Amortização da Dívida Contratada
Sentenças Judiciais
Contribuições para Formação do Pasep
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Reforma de Prédios Públicos Municipais
Funcionamento da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Construção e Ampliação de Sistema de Abastecimento D' Água
Construção, Ampliação e Reforma de Praças e Avenidas
Construção de Matadouro Público Municipal
Construção de Abrigos nas Paradas de Ônibus
Construção e Recuperação de Pontes, Passagens Molhadas e Bueiros
Pavimentação de Vias e Logradouros
Manutenção de Vias e Logradouros Públicos
Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Coleta de Lixo
Manutenção dos Mercados e Matadouros
Manutenção dos Cemitérios
Serviços de Iluminação Pública
Funcionamento do Sistema de Esgoto e Sanitário
Construção de Kits Sanitários
Funcionamento do Sistema de Abastecimento D' Água
Construção e Ampliação de Cemitérios
Construção de Aterro Sanitário Municipal
Ampliação de Rede de Eletrificação Urbana e Rural
Manutenção do Sistema Rodoviário
Construção e Recuperação de Reservatórios de Água e Perfuração de Poços e Instalação de Dessalinizadores

Construção e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários
Implantação da Coleta Seletiva de Resíduos
Implantação de Mobilidade Urbana
Implantação de Ciclovias e Áreas de Cooper
Construção de Estradas
Repasse ao Consórcio de Desenvolvimento da Região do Sertão Central Sul - CODESSUL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS
Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos
Conclusão do Centro de Abastecimento
Implantação da Feira Livre Municipal
Construção, Reforma e Ampliação de Açudes e Demais Reservatórios de Água
Manutenção do Parque de Vaquejada
Implantação de Hortas Comunitárias
Apoio ao Pequeno Agricultor e Pecuário
Assistência ao Seguro Safra
Incentivos a Entidades Associativas - Associações e Cooperativas
Incentivo a Agricultura Familiar
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Funcionamento do Setor Administrativo da Secretaria de Educação
Manutenção do Programa da Merenda Escolar – PNAC/PNAP
Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental – PNAE
Projeto Educação Integral – Programa Mais Educação
Programa Brasil Alfabetizado
Apoio ao Universitário
Construção e Melhorias de Quadras de Esportes em Escolas
Construção, Ampliação e Recup. das Escolas Municipais do Ensino Fundamental
Aquisição de Fardamentos para Alunos da Rede Escolar
Funcionamento do Programa AABB Comunidade
Remuneração dos Profissionais do Magist. do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%
Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
Manutenção do Transporte para Alunos do Ensino Fundamental
Manutenção do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
Construção e Ampliação dos Centros de Educação Infantil – CEI
Remuneração dos Profissionais do Magist. Educação Infantil – FUNDEB 60%
Manutenção da Rede de Educação Infantil FUNDEB 40%
Remuneração dos Profissionais do Magist. da Educação de Jovens e Adultos – FUNDEB 60%
Manutenção do Programa de Jovens e Adultos – FUNDEB 40%
Aquisição de Transporte Escolar
Transporte Escolar do Ensino Médio

Construção de Cisternas em Escolas
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Manutenção do Setor Administrativo da Secretaria de Saúde do Município
Reforma e Ampliação do Hospital Municipal João Leopoldo Pinheiro
Construção da Sede da Secretaria Municipal de Saúde
Repasse de Recursos ao Consórcio de saúde do Ceará
Construção da Central de Abastecimento Farmacêutico
Construção, Ampliação e Recuperação de Unidades Básicas de Saúde
Implantação de Academia de Saúde
Programa Saúde da Família – PSF
Funcionamento da Rede de Unidades de Saúde
Manutenção do Programade Agentes Comunitários – PACS
Manutenção dos Serviços de Assistência Odontológica
Manutenção e Fortalecimento das Ações da Assitência Farmacêutica
Manutenção e Fortalecimento da Gestão do SUS
Manutenção do Atendimento Laboratorial e Ambulatorial
Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária
Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica
Construção da Secretaria de Saúde
Construção e Manutenção de CAPS
Construção de um Centro de Fisioterapia
Manutenção dos Serviços de Fisioterapia e Reabilitação
Programa Saúde na Escola
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL
Manutenção do Setor Administrativo da Secretaria de Assist. e Inclusão Social
Funcionamento do Conselho do Idoso
Funcionamento do Conselho Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência
Funcionamento do Conselho Municipal dos Direito da Criança e Adolescente
Funcionamento do Conselho de Assistência Social
Funcionamento do Conselho Tutelar
Funcionamento de Outros Conselhos Setoriais
Manutenção da Casa de Apoio do Município
Fundo Municipal de Assistência Social
Manutenção do Setor Administrativo do Fundo Municipal de Assistência Social
Atendimento a Pessoas Idosas
Atendimento a Pessoas com Deficiências
Funcionamento, Serviços, Fortalecimento Vínculos Criança e Adolescente 6 à 15 Anos - PETI
Funcionamento, Serviços, Fortalecimento Vínculos Criança e Adolescente 15 à 17 Anos - PROJOVEM
Funcionamento do Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS

Funcionamento do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – IGD/PBF
Desenvolvimento das Atividades do IGD SUAS
Benefícios Eventuais
Doação de Materiais Diversos
Projeto Estação Família
Funcionamento dos Serviços de Fortalecimento Criança Até 6 Anos e Suas Famílias – PAIF
Funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/PISO BÁSICO - PBF
Funcionamento Serviços Conv. Fortalecimento de Vínculos Intergeracional
Funcionamento do Programa BPC na Escola
Construção e Centros Comunitários, Centros de Referências e Convivência
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
Assistência à Criança e ao Adolescente - Básica
Assistência à Criança e ao Adolescente - Especial
Fundo Municipal de Habitação e Interesse
Execução de Projetos e Programas Habitacionais
Assistência Técnica e Topologia Coletiva
Construção, Ampliação e Reforma de Casas Populares
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Manutenção do Setor Administrativo do SAEE
Manutenção do Setor de Bastecimento D'água
Ampliação do Sistema de Abastecimento d'Água
Manutenção do Setor de Esgotamento Sanitário
SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E JUVENTUDE
Manutenção da Secretaria de Esportes, Cultura e Juventude
Realização de Atividades de Esportes
Realização de Festividades da Cultura Popular e da Valorização Local
Realização de Atividades Culturais
Construção de Ginásios, Quadras de Esportes e Áreas de Lazer
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente
Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem
Programa de Educação Ambiental

FD

MILHÃ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILHÃ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade Fiscal), AUTORIZA a publicação mediante afixação no hall de entrada do Paço Municipal, e em demais locais de amplo acesso público, bem como nos sites www.milhã.ce.gov.br e www.celebrecontabilidade.com a divulgação nesta data da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o Exercício de 2017 (Lei nº. 537 de 24/06/2016) e dos demonstrativos que a acompanham.

Paço da Prefeitura Municipal de Milhã - CE, em 24 de Junho de 2016.


OTACÍLIO JOSÉ PINHEIRO MACÊDO
Prefeito Municipal



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE MILHÃ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade Fiscal), AUTORIZA a publicação mediante afixação no hall de entrada do Paço Municipal, e em demais locais de amplo acesso público, bem como nos sites www.milhã.ce.gov.br e www.celebrecontabilidade.com a divulgação nesta data da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o Exercício de 2017 (Lei nº. 537 de 24/06/2016) e dos demonstrativos que a acompanham.

Paço da Prefeitura Municipal de Milhã - CE, em 24 de Junho de 2016.


OTACÍLIO JOSÉ PINHEIRO
Prefeito Municipal